# **Demonstrações Financeiras**

**URA Energia S.A.** 

31 de dezembro de 2021 com Relatório do Auditor Independente

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

# Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Condomínio Centro Século XXI R. Visconde de Nacar, 1.440 14º andar - Centro 80410-201 - Curitiba - PR - Brasil

Tel: +55 41 3593-0700 Fax: +55 41 3593-0719 ev.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **URA Energia S.A.** Curitiba - Paraná

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da URA Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da URA Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de maio de 2022.

**ERNST & YOUNG** 

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP15199/O-6

Ana Andréa Iten de Alcantara

Contadora CRC-SC-025678/O-3 T-PR

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	5	1
200000000000000000000000000000000000000		5	1
NIW			
Não circulante Intangível	8	1,422	373
mangivor	J	1.422	373
	,		
		1.427	374
	;		
Passivo			
Circulante Fornecedores	9	2	
Politiecedores	9	2	<u>-</u>
	•	_	
Não Circulante	40	000	
Arrendamentos Total do passivo não circulante	10	339 339	<u>-</u>
Total do passivo hao circulante		333	
Patrimônio líquido	11		
Capital social		600	378
Adiantamento para futuro aumento de capital		494	- (4)
Prejuízos acumulados	•	(8)	(4) 374
		1.086	3/4
	•	1.427	274
	=	1.427	374

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Despesas administrativas	12	(1)	(2)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	_	(1)	(2)
Receitas financeiras Despesas financeiras	13 _	(3)	(2)
Resultado financeiro, líquido	_	(3)	(2)
Prejuízo antes dos impostos	_	(4)	(4)
Imposto de renda e contribuição social correntes	_	-	
Prejuízo do exercício	_	(4)	(4)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(4)	(4)
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente total	(4)	(4)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Capit	al social			
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020		-	-	-	-	-
Integralização de capital Prejuizo do exercício		600	(222)	- -	- (4)	378 (4)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		600	(222)	-	(4)	374
Integralização de capital Adiantamento para futuro aumento de capital Prejuizo do exercício	11	- - -	222 - -	- 494 -	- - (4)	222 494 (4)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		600	-	494	(8)	1.086

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuizo do exercício	(4)	(4)
Variações em: Fornecedores	2	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(2)	(4)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(2)	(4)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisição de investimento	(710)	(373)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(710)	(373)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento Capital integralizado pelos acionistas Adiantamento para futuro aumento de capital social	222 494	378 -
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades de financiamento	716	378
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	4	1
No início do exercício No final do exercício	1 5	- 1
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	4	1

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A URA Energia S.A. ("Companhia"), constituída em 11 de março de 2020, é uma sociedade anônima fechada, subsidiaria integral de Volga Energia S.A., tem como objetivo social administrar os bens próprios e as participações no capital de outras sociedades com o objeto social compatível, como socia ou acionista, bem como explorar atividade de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, empreender atividade de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica, e ainda, realizar a gestão de ativos intangíveis não financeiros.

A Companhia tem sede e foro na Rua Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 555, conjunto 231, 23º andar, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.430-180. A Companhia encontra-se ativa para exercer as suas atividades.

A Companhia depende do suporte financeiro dos acionistas sob forma de capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros. Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a Companhia, a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

#### 1.1. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

O surto de Covid-19 foi relatado pela primeira vez no final de 2019 em Wuhan, China. Desde então, o vírus se espalhou pelo mundo. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de Covid-19 uma pandemia.

A Covid-19 impactou significativamente a economia mundial em 2020 e pode continuar impactando nos próximos anos. Muitos países impuseram proibições de viagens a milhões de pessoas e, além disso, pessoas em muitos locais estão sujeitas a medidas de quarentena. As empresas estão lidando com receitas perdidas e cadeias de suprimentos interrompidas. Alguns países têm realizado restrições em resposta à pandemia e, como resultado da interrupção das empresas, milhões de trabalhadores perderam seus empregos. A pandemia da Covid-19 também resultou em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities em todo o mundo. Vários governos anunciaram e implementaram medidas para prestar assistência financeira e não financeira às entidades afetadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional--Continuação

#### 1.1. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras--Continuação

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção dos fluxos de caixa para o ano de 2022 não deverão ser impactadas de forma relevante, assim como não deverá impactar premissas previamente consideradas para as compensações dos valores recuperáveis dos nossos ativos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma medida relevante foi necessária.

## 2. Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 06 de maio de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

## 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, se existentes, estão incluídas nas notas explicativas.

### b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicatica 8 - Vida útil e recuperação do intangível.

## 5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis

#### a) Imobilizado

### i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados (quando aplicável), deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

#### ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

#### iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, exceto os terrenos que não são depreciados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### b) Instrumentos financeiros

- O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos como 'empréstimos e recebíveis'.
- O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos como 'outros passivos financeiros'.
- i) Ativos e passivos financeiros não derivativos reconhecimento e desreconhecimento
  - O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.
  - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
  - O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa não incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

- b) Instrumentos financeiros--Continuação
  - iii) Passivos financeiros não derivativos mensuração

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- c) Redução ao valor recuperável (impairment)
  - i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

- c) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação
  - ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

#### iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### d) Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base no lucro presumido, sobre a base de cálculo de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social da receita bruta de venda de energia, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% para contribuição social. O imposto de renda e contribuição social foi calculado exclusivamente sobre os rendimentos de aplicações financeira considerando que o Grupo encontra-se em fase pré-operacional e, consequentemente, ainda não auferiu receita operacional.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### e) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### f) Ativos intangíveis

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### f) Ativos intangíveis--Continuação

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 15% a.a.

### g) Pronunciamentos novos ou revisados

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

<u>Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para</u> <u>Arrendatários em Contratos de Arrendamento</u>

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

Essa alteração não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### g) Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

## Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduza definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

#### Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	5	1
	5	1

#### 8. Investimento

### Composição do saldo

	2021	2020
Projeto eólico Urandi, gastos com desenvolvimento do projeto (i) Direito de uso (ii)	1.083 339	373 -
	1.422	373

<sup>(</sup>i) Refere-se, substancialmente, ao custo de um projeto desenvolvido para a implantação do parque eólico. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, estudos das cargas e classes de aerogeradores a serem instalados nos parques eólicos, serviços de topografia, soldagens e geologia.

Durante o exercício houve investimento pela Companhia no montante total de R\$ 710 composto basicamente com desenvolvimento dos projetos.

#### Direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

#### Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

<sup>(</sup>ii) Provisão de contratos de arrendamento pelo direto de uso para desenvolimento do Projeto Eólico Urandi.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 9. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores mercado interno	2	-
	2	-

#### 10. Arrendamentos

	2021	2020
Arrendamentos	339	-
	339	-

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (96 contratos com vigência até 2041). A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 15% a.a.

# 11. Patrimônio líquido

A acionista Volga Energia S.A. detem 100% das ações. O capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 600, equivalente a 600.000 ações ordinárias e nominativas com valor unitário de R\$ 1,00. Para continuação do negocio, foi aportado pela acionista como adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC o valor de R\$ 494 e ser integralizado no ano de 2022.

Sócio	Número de ações	Percentual capital social
Volga Energia S.A.	600.000 <b>600.000</b>	100% <b>100%</b>
	2021	2020
Capital social (-) Capital social a integralizar Adiantamento para futuro aumento de capital	600 - 494	600 (222)
Prejuizo acumulado	(8)	(4)
Patrimonio liquido	1.086	374

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Despesas administrativas por natureza

	2021	2020
Mensalidades e anuidades	(1)	(2)
	(1)	(2)

## 13. Resultado financeiro, líquido

	2021	2020
Outras despesas	(3)	(2)
Resultado financeiro, líquido	(3)	(2)

### 14. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo.

#### b) Gerenciamento dos riscos

A administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo.

#### i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com o não desenvolvimento do projeto conforme nota explicativa nº 2.

#### ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14. Instrumentos financeiros--Continuação

- b) Gerenciamento dos riscos--Continuação
  - ii) Risco de liquidez--Continuação

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

# 15. Provisão para litígios

A Companhia não possui ou fazem parte de processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista no curso normal de seus negócios.